

ATA NÚMERO 58/XII/1ª SL

15.maio.2012 – 15h00

Aos 15 dias do mês de maio de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
- 2. Aprovação da ata da reunião anterior**
- 3. Comunicações do Presidente**
- 4. Audição sobre política museológica em Portugal, por ocasião da comemoração do Dia Internacional dos Museus (15h00)**
- 5. Audiência à FENPROF- Federação Nacional dos Professores, sobre a situação profissional dos docentes do ensino superior (16h30).**
- 6. Relatório da Participação de Portugal no processo de construção da União Europeia 2011.**
 - **Apreciação e votação do Parecer**
 - **Deputada Autora do Parecer – Ana Drago (BE)**
- 7. Projeto de Lei 218/XII/1 (PCP) - Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.**
 - **Apreciação e votação do Parecer**
 - **Deputado Autor do Parecer – PS**
- 8. Projeto de Resolução 317/XII (PCP) - Garanta às crianças e jovens com adequações curriculares a realização do exame ao nível de escola, não aplicando a obrigatoriedade de realização do exame nacional.**
 - **Discussão em Comissão**
- 9. Petição n.º 126/XII/1ª, da iniciativa de António José da Cruz Oliveira – Solicitam a construção de um pavilhão desportivo na Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Vale de Milhaços.**
 - **Apreciação da nota de admissibilidade**
 - **Distribuída ao PS**
- 10. Requerimento do PS, que requer a audição dos representantes dos programas MIT-PT (Massachusetts Institute of Technology), CMU-PT (Carnegie Mellon University), UT-PT (University of Texas at Austin) e Harvard-PT (Harvard Medical School), no sentido de avaliar a sua atual situação e das medidas que estão a ser tomadas para que essas parcerias cumpram os seus objetivos.**
 - **Apreciação e votação**

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião

Dia 16.maio.2012 – 09h00 – Conferência Autonomia e Inovação Curricular: olhares Diferenciados.

Dia 23.maio.2012 – 10h00
.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente comunicou que baixaram à Comissão as iniciativas abaixo, tendo sido deliberado, em relação a cada uma delas, o seguinte:

- Projeto de Lei n.º 227/XII/1ª (BE) - *Estabelece um novo regime de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior* - A apresentação na Comissão foi agendada para a reunião de 29 de maio e o parecer, da responsabilidade do CDS-PP, para a reunião de 5 de junho.
- Projeto de Lei n.º 228/XII/1ª (PCP) - *Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos* - A apresentação na Comissão foi agendada para 29 de maio e o parecer, da responsabilidade do PSD, será apreciado na reunião de 5 de junho.
- Projeto de Resolução 313/XII/1ª (BE) - *Recomenda ao Governo que regulamente os fundos de emergência dos serviços de ação social das instituições de ensino superior* – A sua discussão encontra-se agendada para o Plenário.
- Projeto de Resolução 314/XII/1ª (BE) - *Recomenda ao Governo que promova medidas de emergência nos apoios concedidos aos estudantes no ensino superior* - A discussão encontra-se agendada para o Plenário.
- Projeto de Resolução 322/XII/1ª (PCP) - *Medidas para a Dinamização do Sistema Científico e Técnico Nacional* – A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) comunicou que indicaria oportunamente se pretendem a discussão na Comissão ou em Plenário.

3.2. O Sr. Presidente transmitiu que, devido ao agendamento das Jornadas Parlamentares do PCP, a Comissão propôs o adiamento da audição com o Secretário de Estado da Cultura, para o dia 23 de maio, tendo o Sr. Secretário de Estado manifestado a sua indisponibilidade, pelo que a mesma foi agendada para o dia 12 de junho, às 15h00.

3.3. Comunicou também que a Audição sobre Política de Ação Social Escolar para o Ensino Superior foi agendada para 25 de maio, às 14h30, no Refeitório dos

Monges. Serão convidadas as seguintes entidades: Serviços de ação escolar das instituições de ensino superior, associações de estudantes do ensino superior, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e Direção-Geral do Ensino Superior.

- 3.4.** O Sr. Presidente fez ainda referência à Audição dos Laboratórios do Estado, agendada para o dia 30 de maio, cujo programa foi distribuído, não se tendo registado quaisquer observações em relação ao mesmo.

A Sra. Deputada Elza Pais informou que apresentará uma nova proposta de calendarização das audições a realizar neste âmbito.

- 3.5.** O Sr. Presidente comunicou ainda que participará, como Presidente da Comissão, na entrega dos «Seeds of Science», na V Gala da Ciência, que terá lugar no dia 26 de Maio de 2012, no Casino da Figueira da Foz.

- 3.6.** Por último, fez um ponto de situação das iniciativas alusivas ao Dia Internacional dos Museus, levadas a cabo pela Comissão, lembrando os Srs. Deputados de que poderão ainda inscrever-se para assistirem ao visionamento da projeção multimédia no Castelo de S. Jorge.

Apresentou ainda uma proposta, no sentido de um dos temas da próxima edição do programa Parlamento dos Jovens poder relacionar-se com a temática da arte, sugerindo que a agenda da Sessão Nacional incluía uma visita a museus.

4. Audição sobre política museológica em Portugal, por ocasião da comemoração do Dia Internacional dos Museus

- **Isabel Vítor** - Diretora da Equipa do Departamento de Museus
- **Raquel Henriques da Silva** – Direção do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL
- **Gabriela Carvalho** - Doutoranda em História da Arte na Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade da Extremadura em Cáceres
- **Luis Raposo** – Presidente da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus
- **João Neto** - Presidente da Associação Portuguesa de Museologia e Diretor do Museu da Farmácia

O Sr. Presidente da Comissão apresentou as boas-vindas aos oradores e fez uma breve contextualização da audição, que se integra no conjunto de iniciativas levadas a cabo pela Comissão, durante a semana de 14 a 18 de maio, para assinalar o Dia Internacional dos Museus.

A Dra. Isabel Vitor agradeceu o convite da Comissão e centrou a sua intervenção no instrumento de normalização, que é a Rede Portuguesa de Museus, apresentando uma breve resenha histórica desta Rede, o seu enquadramento normativo, os objetivos, e referiu-se também à situação atual, em que a equipa, que era altamente qualificada, foi dispensada. Por último, reafirmou a importância deste Rede, que configura um serviço público de referência na área da cultura.

A Professora Raquel Henriques da Silva considerou lastimável a situação em que se encontram os museus. Fez referência à lei orgânica que terá sido, recentemente, aprovada pelo Governo, num processo que não foi participado nem democrático, e que prevê uma profunda alteração na governação deste setor, com a entrega dos museus às Direções

Regionais de Cultura. Concluiu, considerando este um processo que configura um enorme retrocesso.

A Dra. Gabriela Carvalho apresentou uma visão dos museus ligada ao turismo cultural, considerando que os nossos monumentos não têm a divulgação nem a sinalética suficientes. Adiantou ainda que o turismo cultural é o reflexo das políticas e das estratégias e que só o alargamento do número de pessoas nesta área poderá garantir a preservação e divulgação deste património.

O Dr. Luís Raposo referiu-se, em primeiro lugar, à Lei-Quadro dos Museus, que considerou exemplar, afirmando que os museus sofreram, na última década, uma revolução silenciosa muito positiva. Manifestou, todavia, a sua apreensão em relação à situação presente e futura, aludindo às alterações anunciadas e que considerou inaceitáveis, designadamente pelo facto de nenhuma entidade do setor ter sido ouvida e ainda por se prever que os museus deixem de ter diretor e orçamento próprio.

Por último, interveio o Dr. João Neto, que sublinhou a grande aposta na qualidade dos museus, nos últimos anos, devendo-se o salto qualitativo, em grande parte, à Rede Portuguesa de Museus, que permitiu a criação de normas de boas práticas, implicando a colaboração de vários intervenientes. Fez ainda referência à qualificação, motivação e orgulho dos profissionais que trabalham nesta área, lamentando, no entanto, a falta de atenção das tutelas em relação a esta área. Por fim, manifestou a sua preocupação caso o cargo de diretor seja extinto e defendeu que os museus – públicos e privados - devem ter os mesmos direitos, no que concerne às regalias para a sua preservação.

Interveio a Sra. Deputada Catarina Martins (BE), que manifestou a preocupação do BE em relação ao rumo da rede de equipamentos públicos de cultura e, sobretudo, a rede de museus. Tendo hoje os museus maior capacidade de promoção do seu património, de investigação e de divulgação, considerou fundamental a sua autonomia, ao nível das direções e orçamentos. Terminou, defendendo que é necessário afirmar a profissionalização da cultura, ao nível do património e da criação artística.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou que seria mais ajustado um modelo de audição com mais tempo, mais intervenientes e maior profundidade. Esclareceu ainda que as alterações nesta área estão a ser feitas à margem da Assembleia da República. Por último, agradeceu os contributos de quem conhece e sabe interpretar os impactos das políticas culturais.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu-se aos profissionais dispensados, afirmando que deverão ser integrados na lei orgânica ou contratados posteriormente. Em relação à falta de divulgação e sinalização, entende que há sinergias que podem ser criadas com a Secretaria de Estado do Turismo, à semelhança do que aconteceu, por exemplo, com a Rota do Românico. Considerou também que a passagem da tutela para as direções regionais pode ser positivo, tal como aconteceu com outras áreas, permitindo a ligação a outras estruturas da região em que se insere. Assegurou ainda que continuará a existir a figura do diretor e que tem indicação de que a APOM foi ouvida no âmbito das políticas da Cultura.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) manifestou a sua preocupação face aos despedimentos na Rede Portuguesa de Museus e questionou a Professora Raquel Henriques da Silva sobre os museus que passarão para as direções regionais. Fez ainda alusão ao trabalho desenvolvido pelo anterior Governo nesta área e considerou que a legislação agora aprovada conduzirá à destruição e perda de dignidade das estruturas culturais, que levaram décadas a construir. Referiu-se também à dívida do IMC, considerando falta de seriedade apontar valores que não correspondem à realidade.

A Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) enalteceu a persistência e o trabalho levado a cabo pelos autarcas e pelas associações e ligas dos amigos dos museus, para a preservação deste património. Em relação à Rede Portuguesa de Museus, afirmou que continuará a existir, pese embora passe a estar afeta a organismos desconcentrados da Administração Central, acompanhando, desta forma, o esforço do País.

Em resposta a algumas questões colocadas, a Professora Raquel Henriques da Silva afirmou que a passagem da tutela dos museus para as direções regionais não corresponde a um ato democrático, por entender que as direções regionais são imanações, são órgãos centrais dirigidos por representantes dos ministérios. Na sua opinião, a descentralização deveria ser feita com as autarquias.

A Dra. Isabel Vitor esclareceu que o Departamento de Museus conta apenas com a diretora e com um colaborador, tendo todos os restantes sido dispensados, pelo que este serviço não pode dar resposta a qualquer solicitação.

O Dr. João Neto disse acreditar que a vida dos museus vai mudar e que existirá uma política museológica para Portugal, e não uma política para os museus públicos e outra para os privados. Considerou ainda importante sensibilizar o membro do Governo para a área da Cultura para esta matéria mas também o Ministro das Finanças.

A documentação desta audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

5. Audiência à FENPROF- Federação Nacional dos Professores, sobre a situação profissional dos docentes do ensino superior (16h30).

Em representação da FENPROF estiveram presentes os Professores Mário Nogueira, Rui Salgado, João Cunha Serra, Tiago Dias, Carina Carmo e Fernandes de Matos, que apresentaram alguns dos constrangimentos que afetam a situação profissional de muitos docentes do ensino superior, correspondendo alguns deles a ilegalidades, mas que são invocados como imposições da TROIKA. De entre esses aspetos destacaram:

1. A maioria das instituições de ensino superior público recusa colocar, no 1º escalão remuneratório das respetivas escalas indicíarias, os professores auxiliares e os professores adjuntos que acederam a estas categorias por força do regime transitório das correspondentes carreiras, após aprovação em provas de doutoramento ou de título de especialista, com a agravante de gerar disparidades salariais entre estes professores e os admitidos por concurso em 2012 como novos docentes para aquela categoria;
2. Está a ser exigido o pagamento de propinas de doutoramento aos docentes do Politécnico, sem que exista qualquer fundamento legal, mas por falta de regulamentação do disposto no Decreto-Lei nº 216/92, mantido em vigor pelo Decreto-Lei nº 74/06;
3. Estão a ser denunciados, unilateralmente, os contratos de bolsas de doutoramento, quer pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), quer pelas instituições de ensino superior politécnico, no caso do Programa especial de apoio à formação avançada de docentes do ensino superior politécnico (PROTEC);
4. A generalidade das instituições de ensino superior está a recusar remunerar os professores que têm a agregação de acordo com a escala indicíaria correspondente à aquisição daquele título, provocando desigualdades salariais entre estes professores e os que vão sendo admitidos para essas categorias já possuindo o título de agregação;
5. Não foi ainda aprovado o regime do pessoal docente e investigador das instituições privadas de ensino superior, o que corresponde a uma omissão legislativa relativamente ao diploma previsto no artigo 53º da Lei nº 62/2007.

Manifestaram-se ainda preocupados com as elevadas taxas de abandono escolar no ensino superior, que atribuem ao empobrecimento das famílias e a falhas na ação social escolar.

O Sr. Deputado Pedro Saraiva (PSD) começou por referir que o Decreto Regulamentar da Lei dos Compromissos acautela grande parte das preocupações apresentadas por reitores e presidentes dos Politécnicos, no que financiamento diz respeito, e fez alusão à audição que a Comissão vai realizar sobre ação social escolar no ensino superior, no dia 25 de maio.

Em relação aos pontos apresentados, considerou que os dois primeiros são passíveis de diferentes leituras jurídicas, pelo que apelará ao Governo no sentido da clarificação destas questões. No que concerne ao abandono, fez alusão à recente intervenção do Ministro da Educação e Ciência na Assembleia da República, que tranquilizou os Deputados sobre esta matéria. Referiu-se ainda ao PROTEC como uma falácia herdada do anterior Governo, que não garantiu fonte de financiamento. Por último, solicitou contributos em relação ao estatuto do pessoal docente e investigador das instituições privadas de ensino superior.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) disse partilhar as preocupações apresentadas, tendo vindo a acompanhar as diversas situações, sendo que a mais complexa é a que se refere ao regime de transição, registando-se práticas díspares entre instituições de ensino superior. Assim, entende que estas questões devem ser resolvidas em sede interpretativa. Lembrou ainda que o reforço do número de doutorados está previsto no programa do Governo.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) lembrou que a alteração do Estatuto da Carreira Docente, que visava introduzir justiça entre os dois estatutos, foi da responsabilidade do PSD e do CDS-PP. Em relação ao primeiro ponto exposto, referiu que irá estudar a questão do corpo especial, cuja progressão advém da qualificação, entendendo que poderá exigir um tratamento especial. Relativamente às propinas, considerou importante conhecer quais as instituições de ensino superior que estão a adotar esta prática, para poderem ser questionadas diretamente. Por fim, afirmou que o problema do PROTEC assemelha-se ao da ação social, cujas verbas não estavam asseguradas pelo POPH.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que este Governo, tal como o anterior, não faz qualquer esforço no sentido do cumprimento dos regimes transitórios, afirmando que tudo fará para que o Governo e as instituições cumpram o que está previsto. Em relação ao PROTEC, defendeu que importa garantir a continuidade do programa e o seu financiamento. Referiu-se, por último, à audição que a Comissão vai organizar no dia 25 de maio, sobre ação social escolar, lamentando a ausência do Governo.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) solicitou informações sobre a situação da Faculdade de Arquitetura de Lisboa, alegadamente na eminência de bancarota, e ainda sobre os pedidos que estão a ser dirigidos aos investigadores e professores para fazerem, em regime de voluntariado, a requalificação dos laboratórios.

Em resposta às questões colocadas, e referindo-se em especial ao PROTEC, os representantes da FENPROF consideraram que o Governo deveria conseguir alternativas para estes programas, ao invés de os extinguir. Manifestaram ainda preocupação em relação ao desemprego no ensino superior, tendo-se registado um aumento de 19,8% em relação ao ano anterior.

Congratularam-se ainda com a posição do PSD, de reconhecimento da necessidade de clarificação dos normativos, entendendo que urge resolver as injustiças que se verificam e já expostas anteriormente e para as quais solicitam a intervenção da Assembleia da República.

Por último, dirigiram um convite aos Deputados para participarem na tribuna pública sobre ensino superior, abandono escolar, financiamento e carreiras, que terá lugar no dia 23 de maio.

A documentação desta audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na Internet.

6. Relatório da Participação de Portugal no processo de construção da União Europeia 2011.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. Projeto de Lei 218/XII/1 (PCP) - Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

A Sra. Deputada Odete João (PS) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

8. Projeto de Resolução 317/XII (PCP) - Garanta às crianças e jovens com adequações curriculares a realização do exame ao nível de escola, não aplicando a obrigatoriedade de realização do exame nacional.

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Sra. Deputada Rita Rato (PCP), tendo participado no debate os Deputados Margarida Almeida (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Jacinto Serrão e Odete João (PS) e no final, novamente, a Deputada Rita Rato (PCP).

A informação correspondente encontra-se em anexo a esta ata.

9. Petição n.º 126/XII/1ª, da iniciativa de António José da Cruz Oliveira – Solicitam a construção de um pavilhão desportivo na Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Vale de Milhaços.

Foi apreciada a nota de admissibilidade da Petição. Por se encontrar dirigida ao Primeiro-Ministro, à Ministra da Educação e ao Diretor Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, a Comissão deliberou, por proposta do Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD), questionar os subscritores da Petição, no sentido de indagar se pretendem que a mesma seja remetida ao Ministério da Educação e Ciência ou se entendem que deverá ser apreciada na Assembleia da República.

10. Requerimento do PS, que requer a audição dos representantes dos programas MIT-PT (Massachusetts Institute of Technology), CMU-PT (Carnegie Mellon University), UT-PT (University of Texas at Austin) e Harvard-PT (Harvard Medical School), no sentido de avaliar a sua atual situação e das medidas que estão a ser tomadas para que essas parcerias cumpram os seus objetivos.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou o requerimento.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Pedro Saraiva (PSD), que considerou importante discutir o futuro das parcerias, pese embora discorde de alguns dos considerandos do requerimento. Propôs ainda que se alargue esta audição à Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

O requerimento, com a adenda do PSD, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Dia 16.maio.2012 – 09h00 – Conferência Autonomia e Inovação Curricular: olhares Diferenciados.

Dia 23.maio.2012 – 10h00

A reunião foi encerrada às 18:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de maio 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 23 de maio de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Pedro Duarte
Catarina Martins
Elza Pais
João Prata
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Pedro Saraiva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Maria Conceição Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Rui Jorge Santos

Informação

[Projeto de Resolução n.º 317/XII \(1ª\) – \(GP/PCP\)](#) –

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 15/05/2012

Garanta às crianças e jovens com adequações curriculares a realização do exame ao nível de escola, não aplicando a obrigatoriedade de realização do exame nacional

1. Nove Deputados do Grupo Parlamentar do PCP tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 317/XII (1.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 03 de maio de 2012, tendo sido admitida no dia 09 de maio, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. O Projeto de Resolução foi objeto de discussão na Comissão, na reunião de 15 de maio de 2012.
4. A apresentação da iniciativa foi efetuada pela Deputada Rita Rato (PCP), que justificou a sua apresentação com os vários alertas que tem recebido de pais e outros agentes educativos, que estão preocupados com a ausência de clarificação em relação à situação dos alunos com adequações curriculares, no que aos exames diz respeito. Até agora, era garantido a estes alunos o exame a nível de escola, o que não está assegurado no presente ano letivo, dado que os documentos orientadores do Ministério da Educação e Ciência nada referem em relação a estes alunos.

Concluiu, referindo que chegou a pensar que a não salvaguarda destes alunos corresponderia a um lapso, que seria imediatamente assumido, o que não veio a acontecer, gerando confusão nas escolas. Assim, entende que, caso esta situação não seja alterada, muitos pais e alunos, que realizaram um trabalho muito exigente e empenhado durante o ano letivo, sentir-se-ão altamente frustrados.

5. A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) afirmou que o Governo está a fazer com os exames nacionais o que fez para as provas de aferição, prevendo-se um professor de apoio para acompanhamento destes alunos. Referiu ainda os contactos que efetuou, nesse mesmo dia, com várias escolas, que não revelaram qualquer problema em resolver esta situação. Por último, afirmou que o Governo já deu indicação às escolas no sentido de minorar estas situações.
6. O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) afirmou compreender a preocupação do PCP, considerando, todavia, não existir justificação para esta recomendação, visto que o Despacho normativo n.º 14/2011 prevê adequações nos exames para estes alunos. Referiu ainda que o CDS-PP recebeu a indicação, por parte do Governo, de não se terem registado quaisquer alterações nesta matéria.
7. O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) lembrou que este problema foi identificado pela Inspeção-Geral de Educação e Ciência, numa recente audição na Assembleia da República, pelo que considerou que a Comissão deveria tomar a iniciativa de solicitar ao Governo que clarifique esta situação junto dos agentes educativos, garantindo aos alunos com adequações curriculares condições diferenciadas nos exames. Assim, sugeriu ao PCP que reconsidere o seu Projeto de Resolução.

8. A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) esclareceu que o que está em causa não é a realização de um exame com mais tempo para estes alunos, ou com a leitura prévia do enunciado, mas a possibilidade de realização do exame ao nível da escola. Acrescentou também que não ficou descansada com as recentes declarações do Ministro da Educação e Ciência, pelo que não retirará o Projeto de Resolução. Por outro lado, entende que, se não existisse um problema, não valeria a pena a Comissão tomar uma iniciativa, como foi sugerido.
9. A Sra. Deputada Odete João (PS) manifestou a sua preocupação em relação a esta matéria, dada a complexidade das diferentes situações. Considerou ainda que, para além da falta de esclarecimentos por parte do Ministério da Educação e Ciência para as situações de adequação curricular, o problema reside na comunicação destes casos, para decisão, ao júri de exames, uma medida que considera centralista e que retira às escolas a sua autonomia, uma atitude de desconfiança da capacidade dos professores darem as respostas que melhor se adequam aos alunos.
10. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontra disponibilizada no [processo do Projeto de Resolução](#), na Internet, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do Projeto de Resolução na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 16 de maio de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(José Ribeiro e Castro)